



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Jacaréí, 29 de outubro de 2018.

A Sua Excelência, a Senhora
LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente da Câmara Municipal de Jacaréí

PROTOCOLO Nº 1049	TIPO: A
DATA 29/10/18	ASS: [assinatura]
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	

Excelentíssima Senhora,

Considerando a publicação no Boletim Oficial do Município de Jacaréí, no último dia 26 de outubro, do Decreto Legislativo nº 406/2018, de 18/10/2018, que revogou os Decretos Legislativos nºs 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016, referentes, respectivamente, às Contas do Executivo Municipal Jacareense dos anos de 2001, 2006, 2011 e 2012, através do qual foram convalidados todos os atos perfeitos, válidos e eficazes realizados nos Processos nºs 182/2005 (Contas do exercício de 2001), 188/2009 (Contas do exercício de 2006), 377/2016 (Contas do exercício de 2011) e 378/2016 (Contas do exercício de 2012), e ainda tendo em vista questões judiciais em andamento e a situação jurídica inusitada, sirvo-me do presente para, mui respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento de consulta à Secretaria de Assuntos Jurídicos do Legislativo para que, dentro do mais breve possível, informe detalhadamente os procedimentos e providências a serem adotados para o devido andamento de cada um dos processos mencionados.

Certo de merecer a atenção de Vossa Excelência e da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Legislativo, agradeço antecipadamente e, sem outro particular, renovo os protestos de minha consideração.

Atenciosamente


BENEDITO ANSELMO TURSI
Secretário Legislativo III
Setor de Proposituras

do
dono. Dr. Jorge
Ser. Consult. Jurídica

Por gentileza apresentar
orientação para as
organizações para
atividades e planejando
das em das contas em
quantas. ou despesas.

(Suj) 30.10.18.
Hedmer Ponciano Luz
Presidente

do
Sr. Turci.
Selo Propositura.

Segundo orientações p/
puro dadas, cada um o
leGIS afinto ao Deuto
no 408/18. Saliento que
peticionando a parte
afinto a orientação
Deuto 299/09. (Suj)



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/2018

Revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, e dá outras providências.

PUBLICAÇÃO

BOMJ nº 1221
Data: 26/10/2018
Página nº 95

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E A SUA PRESIDENTE, VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUIZ, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam revogados:

I – o Decreto Legislativo nº 299/2009, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2001;

II – o Decreto Legislativo nº 300/2010, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2006;

III – o Decreto Legislativo nº 377/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2011;

IV – o Decreto Legislativo nº 378/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2012.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos perfeitos, válidos e eficazes realizados nos processos relativos aos julgamentos das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º.

Art. 3º Fica renovado o prazo constante na alínea “c” do inciso VII do art. 28 da Lei Orgânica do Município, para o julgamento das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º, tendo por termo inicial a data de publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 18 de outubro de 2018.


LUCIMAR PONCIANO LUIZ
Presidente

AUTORIA DO PROJETO E DO SUBSTITUTIVO: VEREADORES LUCIMAR PONCIANO, ABNER DE MADUREIRA E DRA. MÁRCIA SANTOS (MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

EMENTA: *Consulta da Presidência sobre o procedimento de julgamento das contas do chefe do Poder Executivo a luz do novo regramento estabelecimento pela Lei Orgânica do Município. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Decreto Legislativo nº 406/2018. Procedimentos.*

PARECER Nº 352 – JACC – SAJ - 12/2018

RELATÓRIO

Trata-se de consulta remetida pela egrégia Presidência acerca dos procedimentos a serem adotados individualmente nos julgamentos de contas de ex-prefeitos, ante a aprovação do Decreto Legislativo nº 406/2018, que revogou julgamentos fictos realizados por decurso de prazo, referente aos exercícios de 2001, 2006, 2011 e 2012.

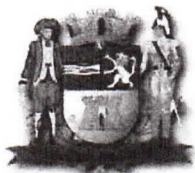
Em síntese, solicita o consulente a *informação detalhada dos procedimentos e providências a serem adotados para o devido andamento de cada um dos processos atingidos pelo citado Decreto Legislativo.*

A consulta veio documentada com a íntegra do Decreto Legislativo nº 406/2018.

Feitos tais esclarecimentos, passo a manifestação.

FUNDAMENTAÇÃO

Acerca do tema em análise, de início reitero na íntegra o entendimento firmado no parecer nº 189 – JACC – SAJ - 06/2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Na sequência destaco que a questão abordada na presente consulta se refere unicamente ao rito, ao procedimento a ser adotado, isto é, norma de natureza evidentemente processual.

Nesse contexto, saliento que as normas processuais em vigência quando da anterior tramitação dos processos nº 182/2005, 188/2009, 377/2016 e 378/2016, **não** são as que atualmente estão em vigor, mormente ante a promulgação da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 72, de 11 de maio de 2017.

Assim, evidentemente, não há como repetir *ipsis literis* a regra procedimental da época, devendo ser observado, assim, o regramento atual, conforme prescreve o Código de Processo Civil:

Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

No mesmo sentido, dispõe o artigo 2º do Decreto Legislativo nº 406/2018:

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos perfeitos, validos e eficazes realizados nos processos relativos aos julgamentos das Contas do Executivo Municipal referente aos exercícios constantes do artigo 1º.

Nessa toada, considerando as premissas retro delineadas, o rito é aquele previsto pelo artigo 131 do Regimento Interno (R.I.):

CAPÍTULO III

Da Prestação de Contas



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Art. 131. Recebidos o Parecer e seus anexos do Tribunal de Contas, caberá ao Presidente cumprir o seguinte rito administrativo:

I - Autuar a documentação recebida, dando origem ao Processo de Julgamento de Contas do Executivo;

II - distribuir cópias do processo às Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que emitirão parecer em 30 (trinta) dias após a citação do Prefeito;

III - simultaneamente à distribuição junto às Comissões, citar o Prefeito Municipal, através de ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante as Comissões Permanentes do Legislativo, sua defesa escrita e provas documentais, no prazo de 15 (quinze) dias;

IV - comunicar aos Vereadores que todos os termos do processo e a documentação correspondente encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão mantidos à disposição na Secretaria da Câmara;

V – comunicar o Prefeito Municipal, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, a data e o horário da sessão legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á concedido o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral.

§ 1º O Parecer das comissões será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

§ 2º Expirado o prazo de prolação do parecer das comissões, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 3º Tratando-se do julgamento das contas de ex-prefeito, aplica-se o mesmo teor do disposto nos incisos III e V deste artigo.

§ 4º A citação de ex-prefeito poderá ocorrer por meio de ofício ou de publicação no Boletim Oficial do Município, sendo o prazo para apresentação de defesa escrita e provas documentais contado a partir da entrega do ofício de citação ou da publicação, a qual ocorrer primeiro.

Contudo, ante a peculiaridade da matéria, bem como diante das premissas anteriormente deduzidas (acerca da temporalidade da norma processual), devemos identificar quais os atos pendentes em cada caso.

No entanto, para melhor condução dos trabalhos, reputo prudente destacar o tratamento do Processo nº 182/2005, referente ao exercício de 2001, em parecer próprio, visto que a demanda foi judicializada e ainda não houve pronunciamento conclusivo do Poder Judiciário.

Prosseguindo nos demais processos, verificamos que:

A regra de autuação, dando origem ao respectivo processo, já foi executada a contento, **não** havendo necessidade de repetição do ato, nos termos do art. 131, inc. I, do R.I.

A manifestação das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, conforme determina o art. 131, inc. II, do R.I., foi fulminada pela preclusão consumativa, com a manifestação dos respectivos colegiados em todos os feitos, conforme adiante listado:

processo nº 188/2009 – fl. 136

Página 4 de 6



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

processo nº 377/2016 – fls. 196/197, fls. 216/217 e fls.
254/255

processo nº 378/2016 - Fls. 209/210, Fls. 228/229, fls.
302/304 e Fls. 306/307

A citação para apresentar defesa, prevista pelo art. 131, inc. III, do RI, **não** é repetível, posto que já realizada, inclusive com apresentação de defesa e documentos em todos os processos pelos respectivos interessados.

processo nº 188/2009 – fls. 87 e 84/86

processo nº 377/2016 – fls. 173

processo nº 378/2016 – fls. 186

Contudo, em observância aos *princípios da publicidade, ampla defesa e contraditório*, recomenda-se imediata **intimação** dos interessados acerca da aprovação do referido Decreto Legislativo nº 406/2018, bem como franqueando a eles eventual manifestação ou juntada de documentos que reputarem pertinentes ao deslinde da questão, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando que a Defesa como peça processual já foi apresentada em todos os processos.

processo nº 188/2009 – fls. 88/90 e 92/105

processo nº 377/2016 – fls. 175/186, 198/199 e 223/224

processo nº 378/2016 – fls. 188/199, 211/212 e 235/237

A comunicação a todos os Vereadores, conforme dispõe o art. 131, inc. IV, do RI, **deve ser repetida**, visto que os períodos abrangidos pelas citadas contas alcançam diversas Legislaturas, sendo certo que a composição da Legislatura atual não tem plena ciência da matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Por fim, ante a efetiva submissão da matéria a julgamento em plenário, conforme determina a Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, de rigor o cumprimento da regra prevista pelo art. 131, inc. V, do RI, com a prévia comunicação do interessado acerca da sessão de julgamento.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, recomenda-se o seguinte:

a) imediata **intimação** (via ofício, e-mail e Boletim Oficial) dos interessados acerca da aprovação do referido Decreto Legislativo nº 406/2018, bem como franqueando a eles eventual manifestação ou juntada de documentos que reputarem pertinentes ao deslinde da questão, no prazo de 15 (quinze) dias;

b) a comunicação a todos os Vereadores, conforme dispõe o art. 131, inc. IV, do RI, para que apresentem eventual manifestação, inclusive as Comissões Permanentes, se o caso;

c) cumpridas as etapas anteriores, a prévia comunicação dos interessados acerca da sessão de julgamento, conforme regra prevista pelo art. 131, inc. V, do RI;

Por derradeiro, reitero que o processo nº 182/2005, referente ao exercício de 2001, é objeto de análise em parecer específico.

É o parecer, *sub censura*.

Jacareí, 20 de novembro de 2018.

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico